

**Da luta por aborto legal a uma ética do risco: o acompanhamento feminista ao aborto no contexto das lutas decoloniais por justiça reprodutiva****De la lucha por el aborto legal a una ética del riesgo: el acompañamiento feminista al aborto en el contexto de las luchas decoloniales por justicia reproductiva****From the struggle for legal abortion to an ethics of risk: feminist abortion accompaniment in the context of decolonial struggles for reproductive justice**

Mel Bleil Gallo

Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC/USP)

E-mail: melbleilgallo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7507-2979>**Resumo**

Neste trabalho, situo a emergência de um *dispositivo do acompanhamento feminista ao aborto* no interior de uma situação estratégica complexa, em que múltiplas relações de poder se codificam para dar lugar ao atual conjunto de narrativas e políticas sobre sexualidade e reprodução. Inspirada na proposta foucaultiana de uma analítica do poder, busquei observar como o dispositivo do acompanhamento desentrama e desafia dispositivos de sexualidade, da maternidade, da racialidade e da colonialidade operados pelo biopoder, no contexto neoliberal. Para tanto, realizei uma etnografia multissituada junto a coletivas de acompanhantes de aborto na América Latina e Caribe, entre 2016 e 2021. Argumento que, ao posicionarem o acompanhamento ao aborto enquanto um ato político coletivo de ação direta, as acompanhantes feministas constroem alternativas de ativismo por justiça reprodutiva, para além das lutas pela legalização do aborto ou das políticas de redução de danos. As reflexões aqui apresentadas emergem de um conjunto de narrativas que se transformam e são vividas nas variadas experiências de resistência de acompanhantes de aborto, para quem abortar é um ato político e acompanhar, também.

Palavras-chave: aborto autogestionado, justiça reprodutiva, feminismos decoloniais, biomedicalização, misoprostol

Resumen

En este trabajo, sitúo la emergencia de un *dispositivo de acompañamiento feminista al aborto* en el interior de una situación estratégica compleja, en la que múltiples relaciones de poder se codifican para dar lugar al conjunto actual de narrativas y políticas sobre sexualidad y reproducción. Inspirada en la propuesta foucaultiana de una analítica del poder, busqué observar cómo el dispositivo de acompañamiento desentraña y desafía dispositivos de sexualidad, maternidad, racialidad y colonialidad operados por el biopoder, en el neoliberalismo. Para ello, realicé una etnografía multilocal junto a colectivas de acompañantes de aborto en América Latina y el Caribe, entre 2016 y 2021. Sostengo que, al posicionar el acompañamiento al aborto como un acto político colectivo de acción directa, las acompañantes feministas construyen alternativas



de activismo por la justicia reproductiva, más allá de las luchas por la legalización del aborto o las políticas de reducción de daños. Las reflexiones presentadas surgen de un conjunto de narrativas que se transforman y se viven en las diversas experiencias de resistencia de las acompañantes de aborto, para quienes abortar es un acto político y acompañar también.

Palabras clave: aborto autogestionado, justicia reproductiva, feminismos decoloniales, biomedicalización, misoprostol

Abstract

In this paper, I seek to situate the emergence of a *dispositif of feminist accompaniment of abortion* within a complex strategic situation, in which multiple power relations are codified to give rise to the current set of narratives and policies on sexuality and reproduction. Inspired by the Foucauldian analytics of power proposal, I sought to observe some of the ways in which the *dispositif* of accompaniment unravels and challenges *dispositifs* of sexuality, maternity, raciality and coloniality operated by biopower in the neoliberal context. To do so, I carried out a multi-sited ethnography of abortion companions' collectives in Latin America and the Caribbean between 2016 and 2021. I argue that, by positioning abortion accompaniment as a collective political act of direct action, feminist companions build alternative forms of activism for reproductive justice, beyond the struggles for the legalization of abortion or harm reduction policies. The reflections hereby presented emerge from a set of narratives that are transformed and lived out in the varied experiences of resistance of abortion companions, for whom abortion is a political act and so is accompanying.

Keywords: self-managed abortion, reproductive justice, decolonial feminisms, biomedicalization, misoprostol

1. Apresentação

Ano após ano, o aborto inseguro causa a morte de pelo menos 47 mil mulheres e pessoas com útero pelo mundo, em razão de complicações médicas, o que o coloca entre as cinco principais causas globais de mortalidade materna. Entre as pessoas que sobrevivem, 5 milhões têm de lidar com sequelas físicas e mentais da violação de seus direitos sexuais e reprodutivos. Na avaliação da Organização Mundial da Saúde, esse cenário é resultado da imposição de barreiras jurídicas, morais, religiosas e econômicas que inviabilizam o acesso integral à saúde sexual e reprodutiva (OMS, 2013, p. 94).

Os tabus que envolvem o aborto promovem um silenciamento que se estende às condições em que a interrupção voluntária da gravidez é acessada, sobretudo na clandestinidade. Uma vez que ignoramos a procedência e qualidade dos medicamentos abortivos em circulação, agravam-se os riscos à saúde das mulheres e outras pessoas



que gestam. Tampouco temos informação suficiente sobre a multiplicidade de caminhos percorridos até que se chegue a um aborto clandestino. Quer tais caminhos passem por médicos, farmacêuticos e profissionais de saúde em geral; pelos chamados “agentes do mercado de medicamentos de gênero” (Diniz & Castro, 2011, p. 98); pelo suporte de organizações internacionais e suas políticas que transitam por tênues linhas entre controle de natalidade, planejamento familiar e autonomia reprodutiva; ou, ainda, pelas experiências acompanhadas por redes de solidariedade feministas — caminho sobre o qual este trabalho se debruça.

As abortistas, como costuma-se referir pejorativamente àquelas que abortam, realizam ou apoiam abortos, carregam narrativas múltiplas e singulares que não cabem em discursos universalizantes contrários ou favoráveis ao aborto, organizados em torno de binômios como arrependimento/alívio ou pró-vida/pró-escolha. A complexidade das vivências de aborto e a influência dos marcadores sociais da diferença ficam evidentes no trabalho sobre itinerários abortivos na clandestinidade de Maria Luiza Heilborn, Cristiane Cabral, Elaine Reis Brandão, Livi Faro, Fabíola Cordeiro e Rogério Azize (2012). Segundo as autoras, “ainda que se conviva no Brasil com a ilegalidade do aborto enquanto aspecto jurídico formal, esta prática é cercada por um contexto moral que dilui a ilegalidade social” (Heilborn et al., 2012, p. 1707).

As dezenas de relatos colhidos pelas pesquisadoras no Rio de Janeiro ilustram como, geralmente, em classes médias e altas, “o aborto é realizado de forma mais segura e veloz”, e acompanhado por uma mudança de percepção que o “desloca da esfera do segredo, atenuando seu caráter de tabu e sendo objeto de discussões intra e interfamiliares”, fator que, somado a um contexto financeiro favorável, “contribui para uma relativa segurança física e conforto psicológico”. Paralelamente, os relatos revelam que, “nas classes populares, a narrativa dos casos salienta a rejeição do aborto como princípio, enfatizando-se, contudo, a impossibilidade de se ter mais um filho”, por razões geralmente econômicas (Heilborn et al., 2012, p. 1707).



Como descreve Nanda Duarte (2019), cada aborto provocado é uma multiplicidade de experiências, cujo conjunto das narrativas produzidas acarreta uma “implosão polifônica dos sentidos construídos em relação à experiência de abortar”. Em sua pesquisa, Duarte analisa relatos online de usuárias da plataforma Women On Web (serviço de telemedicina que facilita o acesso à informação e a medicamentos abortivos ao redor do mundo) e identifica um misto de legitimação, recusa e (re)invenção de discursos e práticas frente às normas que regem a vida reprodutiva e o aborto no contexto brasileiro. Para Duarte (2019, p. 121), as narrativas partilhadas representam “um perigo à ordem não por se oporem efetivamente a ela, mas por confundirem tudo a seu respeito”. Nessas experiências, as partilhas e as práticas de solidariedade desenvolvidas abrem caminhos para a construção de novas subjetividades e revoluções coletivas. Um exemplo dessas possibilidades de revolução coletiva está no surgimento do que chamarei de um *dispositivo do acompanhamento feminista ao aborto*, sonhado, forjado e vivenciado no interior de movimentos feministas latino-americanos e caribenhos que lutam por justiça reprodutiva.

Com inspiração na proposta foucaultiana de uma “analítica do poder” (Foucault, 2017, p. 90), neste artigo¹ buscamos situar a emergência desse dispositivo no interior de uma situação estratégica complexa, em que múltiplas relações de poder se codificam para dar lugar ao atual conjunto de narrativas e políticas sobre sexualidade e reprodução. Discutimos, aqui, algumas das formas pelas quais o dispositivo do acompanhamento desentrama e desafia dispositivos de sexualidade, da maternidade, da racialidade e da colonialidade operados pelo biopoder, no contexto neoliberal. Argumento que esses exemplos nos ajudam a interpretar o contexto mais amplo das lutas contemporâneas e decoloniais por justiça reprodutiva, ao revelarem um conjunto de narrativas que se

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada e debatida, com contribuições valiosas, junto ao GT “Sexualidade e gênero: democracia, sujeitos e corpos sob conflito”, durante o 48º Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 2024.



transformam e são vividas nas variadas experiências de resistência de acompanhantes de aborto, para quem abortar é um ato político e acompanhar, também.

Para o filósofo francês Michel Foucault, mais do que analisar “o Poder”, como um conjunto de instituições, aparelhos e códigos de dominação e sujeição atuantes sobre indivíduos ou um corpo social, a “analítica do poder” busca definir o “domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo” (2017, p. 90). É nessa perspectiva que o autor desenvolve seu projeto de uma genealogia do poder: aquilo que emerge como múltiplas correlações de força que surgem a partir de (e dão lugar a) situações estratégicas de saber e poder em determinada sociedade. Cada uma destas situações estratégicas possibilita as mais distintas formulações e hegemonias sociais, as quais Foucault propõe chamar de “dispositivos”. O filósofo dedica particular atenção ao dispositivo da sexualidade, que incide sobre a população na forma de um controle simbólico, por meio de uma “produção exuberante dos discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, múltiplas e móveis” (Foucault, 2017, p. 105). Num sistema penal que gera diferencialmente os ilegalismos, a criminalização do aborto e sua condenação moral refletem os discursos imbricados no dispositivo da sexualidade, que rotulam a pessoa que aborta como infratora e autorizam os detentores do saber médico e do poder jurídico a categorizar a população, em especial sujeitos e sujeitas marcadas socialmente por sua classe, raça e/ou gênero. Desdobramentos contemporâneos do dispositivo da sexualidade são aprofundados em trabalhos como os de Sueli Carneiro (2005) e de Fabiana Marcello (2009), que conceituam, à luz foucaultiana, os dispositivos da racialidade e da maternidade, respectivamente.

Que dinâmicas de poder permeiam o desenvolvimento de um dispositivo do acompanhamento feminista ao aborto na América Latina e Caribe, no interior das disputas contemporâneas por justiça reprodutiva? Buscamos responder essa pergunta a partir de uma etnografia multissituada junto a coletivas de acompanhantes a pessoas em situação de aborto, conduzida entre 2016 e 2021 (Bleil Gallo, 2021a). Em meio a



realidades tão diversas quanto as de nosso continente e nossos feminismos, pretendemos enxergar para além de intencionalidades subjetivas e análises universalizantes. O intuito da pesquisa não foi apresentar um modelo de acompanhamento ao aborto. Mas, sim, reconhecer significados comuns, experiências compartilhadas e — também — pontos de conflito entre sujeitas e sujeitos² que se reivindicam acompanhantes de aborto e rompem com a posição de reféns ou “cúmplices involuntárias” frente às restrições e à exploração de atravessadores, para atuar no que elas nomeiam uma “ética do risco” (Grosso et al., 2014, p. 409). Muito além da luta pela legalização do aborto, ou por “aborto legal”, essa movimentação tensiona os limites do próprio imaginário feminista e radicaliza as demandas acerca do direito ao aborto como algo que escapa ao campo das leis e desestabiliza antigas e novas normas sociais.

2. Nosso corpo, nosso território: aborto, justiça reprodutiva e decolonialidade

Nas palavras de Silliman, Fried, Ross e Gutiérrez (2016, p. 10), a sistematização das histórias de opressão e resistência à supremacia branca sinalizou a transformação de um paradigma que, até então, “via as mulheres de cor principalmente como objetos de controle reprodutivo, para focar em sua agência na determinação de suas vidas reprodutivas”, e evidenciou “o potencial e a capacidade do movimento por justiça reprodutiva e seus múltiplos componentes de produzir novas teorias, novos conhecimentos e novas formas de ativismo”. O arcabouço da justiça reprodutiva tem suas raízes nas contribuições de teóricas e ativistas negras estadunidenses como Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Patricia Hill Collins e Kimberle Crenshaw, responsáveis por trazer à tona o caráter interseccional das opressões de raça, classe, gênero e

² Neste texto, adoto o feminino como referencial para a escrita sobre aborto, mas ressalto que, ainda que as experiências de gestação, aborto e maternidade sejam intrínsecas a mulheres e meninas cisgênero, elas não são exclusivas, nem universais. Tais experiências dizem, igualmente, respeito a homens transgênero, pessoas transmasculinas e não-binárias, com úteros, que engravidam, gestam, abortam e parem, e a mulheres transgênero que maternam.



sexualidade. A interseccionalidade está na base do projeto da justiça reprodutiva, que aponta para a complementariedade entre as sujeitas que abortam e suas comunidades: não há autonomia e justiça social para estas, sem que haja para aquelas.

Ao privilegiar a articulação das experiências comuns ao conjunto de “mulheres de cor”³, a proposta teórico-prática da justiça reprodutiva extrapola definitivamente o universo das mulheres negras e ressalta o caráter indissociável entre as lutas antirracistas e anticoloniais. Essa ampliação contribuiu para que o mote fosse incorporado às lutas de cada vez mais movimentos feministas ao redor do mundo, notavelmente a partir dos anos 2010. Ao viajar entre continentes e territórios, o conceito adquire novas nuances e implicações, que impactam na forma como teoria, movimento, prática e estratégia são vividas. É o que ocorre quando feministas latino-americanas e caribenhas da atualidade adotam, e adaptam, este paradigma à nossa realidade, como analisamos em outra ocasião (Teixeira & Bleil Gallo, 2021).

2.1. Feminismos decoloniais de *Abya Yala*

O pensamento feminista decolonial antirracista latino-americano e caribenho, ou de *Abya Yala*⁴, é resultado das lutas e reflexões travadas a partir das experiências concretas de vida e resistência de povos e territórios historicamente colonizados, e das elaborações construídas com o legado de outros saberes feministas contra hegemônicos ao redor do mundo. Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa Muñoz (2014) afirmam que o projeto decolonial feminista radicaliza a crítica contrária ao conceito

³ De acordo com Jael Silliman, Marlene Gerber Fried, Loretta Ross e Elena Gutiérrez (2016, p. 28), a terminologia “mulheres de cor” (*women of color*) pode ser entendida como um termo guarda-chuva para descrever os quatro principais grupos étnicos dos Estados Unidos. Cunhado em 1977 pelas próprias “mulheres de cor”, o termo tem servido desde então como princípio viável para a organização e articulação das estadunidenses “mais prejudicadas pela supremacia branca”.

⁴ *Abya Yala* significa “terra madura” para o povo indígena kuna, que adota o termo para referir-se ao continente que, desde o século XVI, chamamos de “América” a partir do colonizador Américo Vespúcio. Hoje, a terminologia é reivindicada por intelectuais e ativistas de(s)coloniais e feministas, que rejeitam a nomenclatura europeia e, assim, rompem com a perspectiva de uma “Terra de Américo”, baseada no olhar masculino invasor (Espinosa Miñoso et al., 2014, p.13).



universalizante da mulher ocidental, de forma que fica “impossível reconstituir-la novamente”. Para as autoras (2014, p. 31), o ponto de ruptura irrevogável com o colonialismo ocorre quando o “feminismo, em sua cumplicidade com a apostila decolonial, assume a tarefa de reinterpretação da história na chave da crítica à modernidade, não mais apenas por seu androcentrismo e misoginia — como fez a epistemologia feminista clássica — mas por seu caráter intrinsecamente racista e eurocêntrico”. As sujeitas do feminismo decolonial são, portanto, indissociáveis de seus territórios e comunidades historicamente colonizados, racializados, sexualizados e generificados.

Como Lélia González já havia escrito em 1988, a invisibilidade da dimensão racial nas teorias e práticas feministas é reflexo dos processos de dominação e alienação articulados em torno de uma cosmovisão eurocêntrica e neocolonialista. Ao generalizar a opressão das mulheres latino-americanas e caribenhas, o feminismo regional abstrai a natureza multiracial e pluricultural das sociedades e perde força diante de um sistema de dominação que infantiliza e inferioriza mulheres e não-brancos. Por isso, somente a partir de um projeto antirracista e anticolonial seria possível enxergar as sujeitas para além dos processos de expropriação sobre elas exercidos (e por elas vivenciados): em suas resistências, elas escapam à invenção de desumanização do sujeito colonizado moderno.

A base epistemológica das feministas decoloniais se dá no chamado giro de(s)colonial a partir de uma crítica à dimensão da colonialidade de gênero, introduzida pela filósofa feminista argentina María Lugones (2008). Colonialismo, racismo e generificação passam a ser abordados não apenas como fenômenos da modernidade, mas enquanto elementos intrínsecos à sua episteme. Para Lugones, a essência da modernidade colonial estaria na divisão entre humanos (homens e mulheres civilizados) e não humanos (indígenas, africanos escravizados e animais). E, embora converter colonizados(as) em seres humanos não fizesse parte da missão civilizatória cristã, era necessário fragmentá-los a partir da dicotomia moderna de gênero e assim justificar a violência e os abusos contra os povos que “viviam em pecado”. O resultado estaria na



categorização de povos colonizados entre machos-não-homens e fêmeas-não-mulheres, sujeitados por um sistema capitalista, racializante e sexista, cuja “presença invasiva os subjuga brutalmente, de forma sedutora, arrogante, incomunicante e poderosa, deixando pouco espaço para ajustes que preservem seus próprios sentidos de si mesmos na comunidade e no mundo” (Lugones, 2014, p. 942).

Para romper com a colonialidade de gênero, Lugones propõe observar o lócus fraturado da diferença colonial. Ou seja, desvendar as resistências dos povos nativos como seres culturais que não cabem na invenção colonial, e que respondem ativamente às invasões e tentativas de expropriação e desumanização. A proposta epistemológica de Lugones é particularmente potente para (re)pensarmos as lutas pelo direito ao aborto como formas de resistências que ultrapassam a mera reação às opressões vivenciadas e constroem alternativas colaborativas e autoimplicadas, capazes de efetivamente transformar as dinâmicas de poder em nossa sociedade. É sob esta ótica que proponho observar o surgimento do dispositivo acompanhamento feminista ao aborto.

Uma das primeiras expressões de ruptura epistemológica do feminismo decolonial pode ser identificada na adoção da insígnia “nossa corpo, nosso território” por feministas de toda a América Latina e Caribe. A expressão traz uma releitura do lema “nossa corpo nos pertence”, cunhado em 1970 sob o paradigma liberal dos direitos civis, que reivindica as liberdades como propriedades individuais. A partir de uma leitura decolonial sobre direitos e justiça social, feministas latino-americanas e caribenhas propõem uma ressignificação do corpo como propriedade para o corpo como território.

Como escreve Camurça (2012), o deslocamento do corpo-sujeito (diagrama liberal) para o corpo-território permite, àquelas que recorrem à sua gramática, entender os processos de expropriação de territórios populacionais como diretamente relacionados às opressões de gênero, e assim “afastar o poder do direito patriarcal e a ingerência das autoridades religiosas que, em nome da fé ou da lei, criminalizam as mulheres pela prática do aborto”. Nesse diagrama, o corpo revela-se mais que “um ‘meio’ ou um instrumento a serviço da reprodução biológica da vida humana”: ele simboliza a própria



existência das mulheres e nesta(s) existência(s) adquire seu valor. E é da soberania sobre o nosso corpo, nosso primeiro território, que as pessoas que abortam se tornam sujeitas de si mesmas.

3. Acompanhamento feminista ao aborto: uma experiência de invenção coletiva latino-americana e caribenha

No final dos anos 1980, brasileiras e farmacêuticos locais descobriram as propriedades abortivas do misoprostol, remédio inicialmente comercializado sob o nome de Cytotec® para o tratamento de úlceras gástricas. A descoberta ofereceu uma alternativa relativamente segura para a realização de abortos sem supervisão médica em contextos ilegais e, na década seguinte, espalhou-se pela América Latina até alcançar o hemisfério norte. Em 2005, o uso obstétrico do misoprostol foi oficialmente incluído na seção de saúde reprodutiva da Lista Padrão de Medicamentos Essenciais da OMS. Esse percurso internacional é descrito pela antropóloga italiana Silvia de Zordo (2016) como a biomedicalização global do aborto via uso autoadministrado do misoprostol. Na contramão do fluxo hegemônico, desta vez a biomedicina viajou do Sul para o Norte global.

O dispositivo do acompanhamento feminista ao aborto na América Latina e Caribe forja-se em meio a uma série de novas táticas de promoção do acesso ao aborto, que se desenvolveram a partir da legitimação médico-científica do aborto com medicamentos nos anos 2000. A expansão do acesso à internet e a popularização de *smartphones* nessa década favoreceram a disseminação da informação sobre o misoprostol. Como narram Debora Diniz e Alberto Madeiro (2012, p. 1796), o nome comercial do Cytotec® “extrapolou o campo biomédico e se incorporou ao universo dos saberes e práticas abortivas das mulheres”. Entretanto, instituições conservadoras agiram simultaneamente para restringir o acesso local à substância, e promoveram um cenário que, ainda hoje,



expõe gestantes ao mercado clandestino, aos abusos de traficantes de medicamentos — com violências sexuais, obstétricas e morais — e a procedimentos invasivos, arriscados e/ou ineficazes.

Inicialmente focadas na transmissão de informação, feministas latinas criaram linhas telefônicas e canais de comunicação virtuais para apoiar as gestantes em seu itinerário abortivo, com orientações embasadas e livres de julgamento sobre como abortar de forma segura com medicamentos e como se proteger em contextos de clandestinidade. Como ressalta a cientista social argentina Raquel Irene Drovetta (2015, p. 50), essas redes surgiram desvinculadas de qualquer instituição formal de saúde e, ao contrário, configuraram-se como “espaços independentes que oferecem informação em saúde e desafiam as convencionais estruturas biomédicas/clínicas, cujos serviços não são oferecidos por médicos ou homens”.

A Línea de información Aborto Seguro da Colectiva Salud Mujeres Ecuador foi a primeira linha telefônica feminista dedicada à partilha de informação segura sobre aborto da América Latina e segue ativa até o momento [Imagem 1]. Seu lançamento foi em 2008 e contou com o apoio da organização não-governamental holandesa Women on Waves. Em seu perfil no Facebook, a linha Salud Mujeres (2025) se apresenta da seguinte forma: “somos uma coletiva feminista que luta pela despenalização social, legal e cultural do aborto. Temos a linha 0998301317 para dar informação sobre como fazer um aborto seguro”. Em apenas um ano desde seu lançamento, mais de mil mulheres de 34 cidades do País já tinham contactado a linha, no universo estimado de 95 mil abortos realizados por ano no Equador (Cordinadora Juvenil, 2010, p. 9).

Nos anos seguintes, a Women on Waves desempenhou um papel central no desenvolvimento de iniciativas semelhantes pela América do Sul, em articulação com organizações feministas locais da Argentina, Chile, Peru e Venezuela, que deram lugar à Red de Experiencias Autónomas en Aborto Seguro (REAAS). Com o apoio financeiro, técnico e midiático da ONG Holandesa, foi lançada, em 28 de maio de 2009, a Línea Aborto Chile, inicialmente mantida por um conjunto de organizações feministas chilenas



e, posteriormente, encampada pelo Colectivo Lesbianas y Feministas por el Derecho a la Información (Jimenez, 2014; Línea Aborto Libre, 2018).

Em 30 de julho de 2009, na Argentina, o grupo Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto criou a Línea Aborto: Más información, menos riesgos (Lesbianas y Feministas, 2010). Já em 27 de maio de 2010, no Peru, veio a público a Línea Aborto Información Segura, promovida pela Colectiva por la Libre Información para las Mujeres (CLIM, 2014). E, por fim, em 18 de maio de 2011, a Red de Información por el Aborto Seguro (RIAS) foi lançada em Caracas, na Venezuela, pelas feministas chavistas Faldas en revolución — Feministas en Acción Libre y Directa por el Aborto Seguro.

Cinco anos depois, em maio de 2016, representantes das linhas da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai e Venezuela participaram do First Global Hotlines Meeting em Bali, na Indonésia, a convite do grupo Samsara, com apoio das organizações internacionais Women Help Women, Ibis Reproductive Health e Asia Safe Abortion Partnership. Também estiveram presentes participantes de linhas de aborto seguro das Filipinas, Líbano, Índia, Malásia, Nepal, Quênia, Sri Lanka e Tailândia. Na ação em rede das linhas latinas de aborto seguro com medicamentos, constituiu-se a base para aquilo que, ao longo da década seguinte, viria a consolidar-se como um movimento transnacional mais amplo de acompanhantes feministas de aborto.

Apesar da atuação das linhas feministas para democratizar a informação, o acesso ao medicamento representava um obstáculo violento e, não raro, intransponível. Além disso, a campanha promovida por setores da sociedade contra o medicamento (Diniz & Castro, 2011) favorecia o discurso de que as chamadas “clínicas clandestinas” seriam a solução mais segura para realizar um aborto ilegal — às quais era (e ainda costuma ser) extremamente caro aceder. Esse discurso minimizava o fato de que muitas vezes os estabelecimentos sequer fossem clínicos, ou mesmo operados por profissionais especializados. Tampouco questionava as violências sistemáticas a que gestantes eram



expostas naquele ambiente, sobretudo aquelas usuárias em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica.



Imagen 1: Intervenção urbana da coletiva equatoriana Salud Mujeres.
(Fotografia, [SaludMujeresEcuador2.0](#), Facebook, 25 de janeiro de 2023)

Com o apoio de laboratórios privados e organizações internacionais dedicadas ao planejamento familiar, algumas alianças estratégicas pela ampliação do acesso a medicamentos começaram a ser estabelecidas pela América Latina, com e sem participação governamental (Zurbriggen, 2017). Algumas iniciativas baseavam-se em serviços de telemedicina a partir do Norte Global, que distribuíam os medicamentos abortivos a partir de contato online (Jelinska & Yanow, 2018), ou mesmo em “fundos de aborto” para custear a viagem de gestantes até locais onde o procedimento fosse



legalizado. Entretanto, cada vez mais, as ativistas latinas sentiam necessidade de apropriar-se por completo de seus itinerários abortivos.

3.1. Do “acesso à informação” à “ética do risco”

As pedagogas argentinas Belén Grosso, María Trpin e Ruth Zurbriggen (2014, p. 409) definem o acompanhamento feminista como uma “experiência de invenção coletiva”. As três são integrantes da organização Socorristas en Red — Feministas que Abortamos e dedicaram-se a uma cartografia dos itinerários do socorristismo na Argentina. A premissa básica das Socorristas diz que abortar é um ato político e acompanhar, também (Lauterbach, 2018). Sob essa ótica, as ativistas afirmam que viver a prática abortiva seria uma “imensa micro-decisão” capaz de ressignificar os corpos e a sexualidade a partir do exercício da autonomia reprodutiva.

Conforme narram Grosso, Trpin e Zurbriggen (2014), o surgimento do acompanhamento vem de uma ruptura com a posição de reféns ou “cúmplices involuntárias” frente à exploração de facilitadores ou provedores de aborto. A virada representava a transição de uma ética ambígua para uma ética do risco. A partir de então, o contato com as gestantes deixaria de ser essencialmente anônimo para tornar-se presencial; em vez da indicação de profissionais privados clandestinos, os procedimentos seriam realizados prioritariamente em casa, na companhia de alguém da confiança da gestante; as orientações e o atendimento já não dependeriam de profissionais de saúde, mas do acompanhamento de mulheres e outras pessoas com útero reunidas numa rede de solidariedade feminista.

O movimento das Socorristas en Red foi lançado oficialmente em 2012, motivado, segundo as ativistas, pela raiva e impotência que sentiam diante de episódios de sofrimento provocados pela clandestinização do aborto na Argentina. Para as Socorristas, oferecer informação sobre aborto com medicamentos tornara-se insuficiente; e somar-se à *Campaña por El Derecho al Aborto Legal Seguro y Gratuito* já não bastava. De acordo com Grosso, Trpin e Zurbriggen (2014, p. 403), a questão que se impunha era



“como fazer para converter esse tormento numa ação política que transformasse este cenário de maus-tratos e constituísse um território com outras opções para as mulheres que o requeressem?”. No dispositivo do acompanhamento, as socorristas encontraram a resposta: “talvez aquelas comprometidas com o serviço tentemos agir e ativar inspiradas por certa amorosidade, que clama por escutar as múltiplas texturas das peles que abortam e nos exortam a insistir na justeza da reivindicação: aborto legal, seguro e gratuito” (Grosso et al., 2014, p. 439).

Não à toa, Mabel Bellucci (2014, p. 395) define a decisão de abortar como uma “desobediência de vida”. Uma *revolta* no sentido foucaultiano do termo. Ou seja, um movimento de resistência irredutível, “porque nenhum poder é capaz de torná-lo absolutamente impossível”, e inexplicável, pois não há racionalidade que compreenda por que alguém poderia, “*realmente*, preferir o risco da morte à certeza de ter de obedecer”⁵ (Foucault, 2006, p. 76). Bellucci resgata o conceito foucaultiano para ilustrar como o exercício da autodeterminação reprodutiva representa uma ruptura explícita com a tutela social sobre mulheres e corpos que engravidam. Diante dos mecanismos jurídicos e disciplinares de nossa sociedade, negar a maternidade compulsória e decidir abortar significa muitas vezes arriscar a própria vida em nome da desobediência — sobretudo para as pessoas mais jovens, racializadas e empobrecidas. Diante desse imperativo vital, o movimento de acompanhantes feministas de aborto converteu a decisão individualizada da desobediência numa prática comum de (r)existência e produção de vida.

3.2. “Acompanhar-nos a acompanhar”: a construção de um movimento regional

Por toda América Latina e Caribe, observamos uma articulação potente entre as acompanhantes dos vários territórios. Um dos primeiros registros sobre esse modo de

⁵ Essa noção de revolta é apresentada por Foucault (1979) no artigo “É inútil revoltar-se?”, para analisar a atuação dos mártires da revolução iraniana sob a ótica de uma espiritualidade política.



atuação remonta a uma formação de acompanhantes em aborto realizada em 2010, pelo grupo mexicano Fondo MARÍA — Fondo de Aborto para la Justicia Social MARÍA (Mujeres, Aborto, Reproducción, Información y Acompañamiento). O Fundo havia sido lançado em 28 de maio de 2009, após a legalização do aborto até a 12^a semana na Cidade do México, com o intuito de oferecer “apoio financeiro, emocional e logístico a mulheres que não contam com recursos suficientes para poder acessar os serviços disponíveis” — que até então eram restritos à capital mexicana (Fondo MARÍA, 2021).

O Fondo MARÍA introduz a noção de acompanhamento como ferramenta de empoderamento — pensando o poder não como forma de dominação, mas como “incremento das capacidades, da formação, de informação e do exercício de direitos como cidadãs” (Ortiz, 2017, p. 36). Segundo o grupo, o empoderamento tem efeito mútuo entre acompanhantes e acompanhadas: “ambas crescem em conhecimentos e experiências, o que se traduz em segurança e capacidade de ação futura. O exercício do direito de decidir da mulher acompanhada reasssegura a mulher que acompanha de sua própria autodeterminação” (Ortiz, 2017, p. 37).

Também no México, a organização Las Libres de Guanajuato, fundada em 2000, passou a dedicar-se à construção de “redes de acompanhamento integral para o acesso de mulheres pobres ao aborto seguro”, para além da documentação e defesa de mulheres criminalizadas por abortar na região (Libres, 2012). Como mostra o documentário *Acompañamiento* (2014), as ativistas de Guanajuato desenvolveram um “modelo de acompanhamento” próprio, voltado à desestigmatização do aborto:

Acompanhamento pode incluir ir com a mulher à farmácia para obter pílulas, estar com ela para oferecer apoio emocional quando ela tomar as pílulas, e/ou enviar mensagens de texto e ligar para monitorar o processo e garantir que não haja complicações. Em outras palavras, acompanhar uma mulher em sua decisão de abortar inclui responder a todas as formas pelas quais o aborto é impactado pelo estigma. (IPAS, 2014)

Como vimos, o início dos anos 2010 fora marcado, também, pelo surgimento da coletiva argentina Socorristas em Red. Assim, é notadamente a partir dessa época que as referências feministas ao acompanhamento de aborto começaram a multiplicar-se.



Uma dessas referências está na segunda edição do *Manual para el aborto seguro y libre en Bolivia*, publicada em outubro de 2015 pelo coletivo feminista boliviano Cuerpa autónoma — Por la vida de las mujeres, onde lemos: “o acompanhamento é um ato de rebeldia porque pode fortalecer a solidariedade entre mulheres e romper os tabus, medos e a estigmatização sobre o aborto” (Cuerpa Autónoma, 2015, p.10). Desde 2013, o grupo boliviano mantém a Línea de información aborto autónomo, libre y seguro, inspirado nas experiências vizinhas.

No texto boliviano de 2015, o acompanhamento durante o aborto adquire um significado político, mas ainda não é necessariamente vinculado a uma forma de ativismo organizada e sim ao “apoio de outra pessoa de confiança no processo antes, durante ou depois do aborto” (Cuerpa Autónoma, 2015, p.10). Numa rápida busca pelos termos *acompañar* ou *acompañamiento* na página do grupo na rede social Facebook (Cuerpa Autónoma, 2013), vemos que mensagens que vinculam o acompanhamento ao ativismo pró-aborto só viriam a ser divulgadas a partir de meados de 2017, em sintonia com outras movimentações regionais.

O Equador, primeiro país a lançar uma linha telefônica sobre aborto com medicamentos na América Latina, foi também um dos primeiros a vivenciar o surgimento oficial de uma rede nacional de acompanhantes de aborto feministas, após o México e a Argentina. Em 28 de setembro de 2015, foi anunciada a coletiva Las Comadres — red feminista de acompanhamento a mulheres que decidem abortar. “O nome é uma alusão àquelas mulheres nas quais você confia, com as quais você pode contar. Sua vizinha, sua companheira, sua igual” (Comadres, [s.d.]). O processo contou com a participação de algumas ativistas até então organizadas na linha Salud Mujeres, mas pretendia avançar não apenas na “despenalização social” do aborto, mas também na “prevenção da criminalização às mulheres que abortam”.

Em seu site, as Comadres disponibilizam um número telefônico para iniciar o contato antes de agendar um encontro presencial e descrevem sua atuação a partir de três eixos principais: (1) informar as mulheres sobre o aborto com medicamentos e com



estratégias de segurança e proteção; (2) facilitar o contato com organizações internacionais que distribuem o medicamento; (3) acompanhar as mulheres ao longo de todo seu processo de aborto (antes, durante e depois) (Comadres, [s.d.]). A preocupação com a criminalização era particularmente relevante no Equador, onde, até abril de 2021, o aborto só era permitido em casos de risco à vida ou à saúde da gestante e de gravidez resultante do estupro de mulheres com deficiência mental.

O grupo começou a se articular ainda em 2014, quando o então presidente Rafael Correa, teoricamente identificado com a esquerda equatoriana, reafirmou sua defesa cristã da “vida desde a concepção” e ameaçou renunciar caso o novo código penal ampliasse as possibilidades de aborto terapêutico no país. Com apoio da maioria da Asamblea Nacional, Correa barrou a tentativa de ampliação do direito ao aborto — que pretendia abranger todas as vítimas de violência sexual, e não apenas aquelas com deficiência mental — no novo *Código Orgánico Integral Penal* (COIP), e manteve todas as restrições anteriores.

“Nascemos como uma resposta à criminalização, mas também como uma iniciativa que, a partir do feminismo, tenta replicar o que outras já estavam fazendo na região”, explica Veronica Vera, das Comadres, em entrevista (Bazán, 2021). O movimento fora derrotado na Asamblea, mas os meses de intensa articulação pelo direito ao aborto em caso de violência sexual deixaram um importante saldo organizativo entre diversos setores da sociedade. A vitória conservadora, que poderia ter desmobilizado as lutas pró-aborto no Equador, serviu para exacerbar o sentimento de urgência frente à demanda por abortos seguros aqui e agora e uma descrença nas instituições como garantidoras de direitos das mulheres.

Assim como as Socorristas argentinas fariam mais adiante, as Comadres decidiram que era hora de arriscar-se. “Havia um pouco de temor em algumas companheiras, inclusive do movimento de mulheres. Mas nós estávamos muito seguras, vínhamos fazendo estudos legais, tínhamos advogada e uma rede de profissionais de saúde que nos acompanhava”, complementa Vera (Bazán, 2021). Uma faixa erguida pelas ativistas



equatorianas manifestações afora, expressa esse sentimento de urgência e, ao mesmo tempo, autoconfiança: “se o Estado nos ameaça, seguiremos abortando em casa”. O lema, aliás, é encontrado em outras marchas com a presença de acompanhantes, a exemplo das manifestações dos últimos Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos (EFLAC), realizados em Montevidéu (2017) [Imagem 2] e em El Salvador (2023).



Imagen 2: Marcha feminista durante o XIV EFLAC, em Montevidéu.
(Fotografia, [Conlasamigasyenlacasa](#), Instagram, 28 de novembro de 2017)

Para além das parcerias locais, as Comadres priorizaram o intercâmbio com organizações internacionais e coletivos de outros países. A formação da rede no Equador impulsionou o lançamento de coletivas de acompanhantes em diversos países da região. Em 2016, foi criada a rede chilena Con las amigas y en la casa — Red Lesbofeminista acompanhando a mujeres, niñas y otras personas en situación de aborto en Chile, por iniciativa de um grupo de ativistas até então à frente da Línea Aborto Libre. No mesmo



ano, as vizinhas colombianas lançaram a rede Las Parceras — Línea y Red Feminista de Acompañamiento en Aborto e, em março de 2017, foi a vez de peruanas inaugurarem publicamente a coletiva Serena Morena — Aborto, Justicia y Oportunidad.

No Peru, o aborto é proibido em qualquer circunstância, exceto quando há risco à vida da pessoa gestante. Entretanto, o misoprostol pode ser adquirido em farmácias locais para o tratamento de úlceras gástricas, onde é distribuído pela farmacêutica Master Farma S.A. sob o nome comercial de Cytofine®. Além disso, presenciamos ainda hoje, nos principais centros urbanos do país, a presença massiva de anúncios de clínicas clandestinas adesivados em postes e calçadas da capital peruana [Imagem 3]. É recorrente, no país, a exploração comercial e psicológica de mulheres que decidem abortar na ilegalidade e precisam recorrer a estabelecimentos clandestinos, dedicados a lucrar com situação de vulnerabilidade das usuárias.



Imagen 3: Anúncios de serviço clandestino de aborto, pelas ruas do centro de Lima, no Peru.
(Fotografias: Autoria própria, janeiro de 2020)

O lançamento oficial da coletiva Serena Morena ocorreu na ocasião do 8 de março de 2017, quando as ativistas peruanas decidiram divulgar um contato de e-mail para iniciar a conversa com mulheres em busca de acompanhamentos, além de realizar



atividades e intervenções políticas. Em contraposição aos inúmeros anúncios de clínicas clandestinas de aborto dispostas a “solucionar” atrasos menstruais, integrantes do grupo começaram a colar lambe-lambes com seu contato pelas ruas de Lima, em março de 2017. Mais adiante, no 28 de setembro do mesmo ano, a coletiva se reuniu por três dias no encontro “Fórum liberado: é aborto que se chama, não atraso menstrual” [Imagen 4]. Na convocatória, defendiam o acompanhamento ao aborto como forma de enfrentar a violência obstétrica e a criminalização das mulheres, expostas ao “mercado do aborto” e à hipocrisia da sociedade peruana.

Finalmente, a proposta de se formar uma rede latino-americana e caribenha de acompanhantes feministas de aborto surgiu em 2017, gestada em encontros regionais e internacionais com a participação das coletivas de acompanhamento, a exemplo do 14º EFLAC (Bleil Gallo, 2021a). Camisetas, cartazes, manuais de aborto médico, adesivos, sacolas do socorristismo rosa e lenços verdes argentinos coloriam rodas de conversa, oficinas, apresentações de estudos, e barracas de artesanato montadas ao longo das ruas do Paseo Rural del Prado. Em meio a tantas bandeiras e símbolos exibidos pelo Encontro, víamos os dizeres *“Aborto con las amigas”*, *“El amor heterosexual mata más que un aborto con pastillas”*, *“Las mujeres abortamos y tu mamá también”*, *“Nos mueve el deseo, Vivas nos queremos — Ni Una Menos”*, *“Abortamos porque nos tomamos revancha”*, *“Un aborto acompañado es un aborto seguro”* e *“Si el gobierno nos amenaza, seguiremos abortando en la casa”*.

A programação oficial do 14º EFLAC incluiu diversos espaços autogestionados, permeados por questões de acesso ao aborto seguro, telemedicina, segurança digital, despenalização social, redução de danos, estratégias de advocacy e apoio jurídico, além da crescente necessidade de articulação regional. E foi lá que ocorreu uma reunião decisiva para a articulação de coletivas feministas de acompanhamento ao aborto da região. Sentadas em roda, num gramado, acompanhantes se reencontravam ou se conheciam pela primeira vez. Na conversa, decidiram que dali a um ano ocorreria a 1ª Plenaria Feminista Latinoamericana y Caribeña de Acompañantes de Abortos. Foi em



Santiago, no Chile, em 28 de setembro de 2018, que se oficializou o lançamento da Red Feminista Latinoamericana y Caribeña de Acompañantes de Abortos, mais adiante, em 2021, batizada de Red Compañera. “Somos muitas, estamos por todo lado e não temos medo. Nós temos umas às outras. Na América Latina, no Caribe e no mundo todo, aborto livre, legal, seguro, gratuito e feminista”, diz a Declaração Oficial do evento (Red Compañera, 2018).



Imagen 4: Divulgação do evento peruano “Fórum liberado: é aborto que se chama, não atraso menstrual” da Serena Morena. (Ilustração: Serena Morena, Facebook, 2017)

Como pudemos constatar ao longo da etnografia, há diferenças significativas no perfil das ativistas acompanhantes — inclusive dentro de um mesmo agrupamento. Muitas atuam simultaneamente em espaços estratégicos de diálogo com o poder público; outras já atuaram ali e, contudo, optaram por distanciar-se; algumas nunca vislumbraram na institucionalidade um espaço em disputa; e há, ainda, aquelas que relatam não terem tido contato com quaisquer desses debates políticos ou, sequer, com o ativismo feminista até se somarem ao acompanhamento. Ao observarmos o desenvolvimento de processos



de advocacy legislativo e de formulação de políticas públicas, também notamos posicionamentos heterogêneos entre as coletivas ou redes de acompanhantes. Cada agrupação coexiste de distintas formas com outras frentes de atuação política. Elas não negam a disputa realizada no âmbito das instituições democráticas, nem necessariamente se colocam numa posição de superioridade tática — embora existam aquelas com maior ou menor disposição à aproximação ou ao distanciamento da institucionalidade. No geral, as ativistas tampouco revivem históricas polêmicas feministas sobre autonomia e institucionalidade⁶. O acompanhamento pode ser pensado, assim, no sentido dos ativismos latinos contemporâneos descritos por Marlise Matos (2014, p. 11) como “micro e macroestratégias de ação articuladas, integradas, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil (...) e por movimentos sociais paralelos”.

Sabemos que a possibilidade de construir redes locais e transnacionais é diretamente impactada pelo acesso a recursos materiais e pelo grau de repressão e estabilidade política de cada país, estado e comunidade. Por isso, nos contextos mais persecutórios da região, essas redes são uma das poucas chances de obter um aborto seguro. Ainda assim, elas contam com pouco apoio externo (local ou internacional) e têm de gerenciar por conta própria “a logística, tensão emocional, medo e riscos que este tipo de acompanhamento acarreta”, como relata a pesquisadora feminista irlandesa Aisling Walsh (2020, p. 181), a partir da experiência de coletivas em El Salvador, Guatemala, Honduras e México.

Diante de tantos desafios, tão ou mais importante é o acolhimento mútuo que as acompanhantes se oferecem, em meio à multiplicidade de sentimentos que envolve a experiência do acompanhamento e a “complexidade que é acompanhar outra mulher em

⁶ No contexto latino-americano e caribenho, o “ideal da autonomia feminista” foi central à agenda dos movimentos de mulheres, a partir dos anos 1970, na busca por ampliar o alcance da luta, sem ceder à “cooptação por atores como partidos políticos, o Estado, as agências de cooperação e até outros movimentos sociais” (Alvarez et al., 2003, p. 545). Desde então, a noção de autonomia é constantemente ressignificada, de acordo com flutuações políticas e econômicas.



sua decisão e concretização do aborto”, como escreve Lauterbach (2017, p. 49). Em outras palavras, o desejo de “nos acompanhar a acompanhar”. Foi a partir do reconhecimento de uma cumplicidade que transcende séculos e fronteiras, que coletivas de toda a região formaram essa rede transnacional de acompanhantes feministas⁷. Em sua primeira declaração política, a Red Compañera (2018) define o acompanhamento como seu “modo resistir e gerar políticas amorosas que devolvam o aborto ao lugar do cotidiano, como uma decisão a mais dentre as múltiplas decisões reprodutivas das mulheres”.

3.3. “Abortando os preconceitos sobre o aborto”: a luta pela despenalização social

Muitas coletivas de acompanhantes têm como prática realizar “oficinas de acompanhamento” (*talleres de acompañamiento*) para acolher as pessoas em busca de apoio e compartilhar informações sobre o procedimento. Os encontros geralmente ocorrem em espaços públicos — parques, sindicatos, universidades —, com o objetivo de enfrentar o tabu acerca do aborto. As conversas, íntimas ou coletivas, ajudam a identificar situações de violência doméstica e sexual, explicam e desmistificam procedimentos abortivos, discutem opressões sociais e propiciam encontros e trocas entre completas desconhecidas, vizinhas ou mesmo colegas. As trocas oferecem um potente estímulo à formação de novas subjetividades que tensionam os dispositivos de sexualidade, da maternidade, da racialidade e da colonialidade operados pelo biopoder.

Em 2017, numa ida a campo, participei de uma dessas oficinas, promovida pela coletiva lesbofeminista Con Las Amigas y en La Casa, em Santiago, no Chile. A atividade foi realizada durante o almoço, num sindicato na região central da cidade. Ao chegarmos, as portas estavam abertas. Entramos, cumprimentamos alguns homens que

⁷ Embora a Red Compañera seja, sem dúvidas, a rede de acompanhantes feministas de aborto mais estruturada da região, existem outras iniciativas regionais que articulam coletivas de acompanhamento ao aborto, assim como coletivas de acompanhantes que não integram esta rede.



esquentavam sua comida no micro-ondas, e fomos à sala de reuniões. Ao todo, éramos cerca de 10 mulheres, inclusive três ativistas que coordenavam a atividade. Algumas eram jovens, mas a maioria tinha mais de 30 anos. Todas haviam recebido o convite por e-mail, única forma de entrar em contato com a rede e receber apoio para abortar. Las amigas se apresentaram: “estamos aqui porque acreditamos que a decisão de abortar, e de acompanhar as mulheres em situação de aborto, é um ato político de recuperação da autonomia sobre nossos corpos, um ato revolucionário diante de um mundo heteropatriarcal e capitalista que nos odeia” (diário de campo, fevereiro de 2017). Depois, foi a vez de as convidadas se apresentarem e, caso quisessem, compartilharem porque estavam ali.

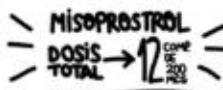
Uma das participantes estava com uma criança de colo, que chorava impacientemente. Ela contou que havia pouco mais de um mês desde que tinha saído de casa na tentativa de pôr fim a um relacionamento abusivo com o pai da recém-nascida. Mas ele tinha as chaves de seu novo apartamento e a gestação era fruto de “*sexo forzado*”. A mulher temia que seu agressor e ex-marido, um policial, descobrisse a gravidez e a denunciasse por abortar. As acompanhantes se prontificaram a conseguir um lugar seguro e ajudá-la a cuidar da bebê durante o procedimento, caso ela precisasse. Nesse momento, Las Amigas aproveitaram para explicar o caráter lesbofeminista da rede: “questionamos a heterossexualidade compulsória e acreditamos que existem muitas maneiras de desfrutar da sexualidade. O sexo lésbico é o método contraceptivo mais seguro e acessível que existe, principalmente se comparado ao uso prolongado de hormônios que nos são impostos” (diário de campo, fevereiro de 2017). Outra mulher disse que se sentia aliviada por perceber que não estava sozinha, por encontrar tantas outras que não só compartilhavam, como acolhiam “naturalmente”, sua decisão de abortar. Ela e seu namorado estavam juntos há alguns anos, e não queriam ter filhos.

Em seguida, as acompanhantes distribuíram o mini-manual informativo *¿Cómo hacer un aborto con medicamentos?* [Imagen 5] para uma leitura coletiva. A partir do manual, as ativistas explicaram, passo a passo, como funcionava o aborto com



misoprostol e mifepristona, as duas substâncias recomendadas pela OMS. Elas descreveram a ação fisiológica dos remédios, assim como as doses, os intervalos entre cada comprimido, os sintomas comuns, e possíveis sinais de alerta ao longo do procedimento com as precauções a serem tomadas. Mais adiante, detalharam o que esperar após a “expulsão do produto da concepção”, os cuidados pós-aborto e a importância de se observar as mudanças no próprio corpo, já que os exames mais comuns só conseguiriam detectar o fim da gravidez de duas (ecografia) a quatro semanas (teste de urina ou exame de sangue) após o procedimento. “Com a informação adequada, abortar com medicamentos é mais seguro que parir. E, até hoje, ninguém que acompanhamos teve complicações graves”, assegurou uma das ativistas ao grupo (diário de campo, fevereiro de 2017).

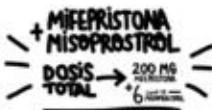
¿CÓMO HACER UN ABORTO CON MEDICAMENTOS?



El misoprostol es un medicamento que actúa a nivel del cuello del útero provocando cambios locales que luego desencadenan contracciones uterinas. Su efecto es similar a lo que ocurre durante un aborto espontáneo. Poner 4 comprimidos, juntos, debajo de la lengua, esperar media hora y luego escupir o tragar. Pasadas tres horas, volver a colocar 4 comprimidos debajo de la lengua, esperar media hora, escupir o tragar. Pasadas otras tres horas, colocar los últimos 4 comprimidos debajo de la lengua, esperar media hora, escupir o tragar.

Ejemplo: si una mujer inicia el procedimiento a las 22 del día con la primera dosis de 4 comprimidos, la segunda dosis es las 25 hrs (3 de la tarde) y la tercera a las 28 hrs (6 de la tarde).

Si el sangrado comienza después de la primera dosis, deben completarse las otras dos dosis de todas formas.



La mifepristona es un medicamento que inhibe la acción de la progesterona, que es la hormona encargada de mantener el embarazo. Los 200mg de mifepristona se usan por vía oral, es decir, se tragan (no poner debajo de la lengua). Entre 24 y 48 horas después de la dosis de mifepristona, se usan 4 comprimidos de 200mcg de misoprostol, juntos, debajo de la lengua, esperar media hora, luego escupir o tragar. Si el sangrado no comienza en las tres horas siguientes, repetir el procedimiento con dos comprimidos de misoprostol, juntos, debajo de la lengua, esperar media hora, luego escupir o tragar.

Ejemplo: si una mujer toma la mifepristona el día viernes a las 6 de la tarde, puede comenzar con el misoprostol a cualquier hora desde el sábado a las 6 de la tarde (24 hrs post mifepristona) hasta el domingo a las 6 de la tarde (48 hrs post mifepristona).



Imagen 5: Informativo chileno *¿Cómo hacer un aborto con medicamentos?*
(Impresso e fotografia: *Con las amigas y en la casa*, 2016)

Percebemos, nessas e outras práticas, que o acompanhamento promove um fazer político autoimplicado, no qual o *corpo objeto* de intervenções alheias é resgatado para dar lugar ao *corpo sujeito* de (auto) experimentações, resistências e ação direta. Nas



palavras de Natalia Santarelli e Claudia Anzorena (2017, p. 09), trata-se de “um feminismo de ação direta em múltiplos campos [...] que tendem a visibilizar e desclandestinizar um acontecimento tão cotidiano, quanto silenciado e expropriado das biografias e histórias de mulheres”. Na atualidade, o acompanhamento feminista enquanto ação coletiva não apenas questiona e põe em xeque os discursos predominantes sobre sexualidade e reprodução, como contribui para uma libertação cotidiana, a cada aborto, daquelas que se pretendia sujeitar. Simbolicamente, acompanhantes e acompanhadas oferecem resistência diária ao biopoder ao questionarem papéis sociais que lhes são impostos e reivindicarem o controle sobre sua vida sexual e reprodutiva.

As acompanhantes defendem o direito a abortos feministas, seguros, gratuitos e livres, autogestionados ou com apoio médico. Além disso, elas rompem com uma abordagem “pró-escolha”, que relega o aborto ao lugar do evitável e a ser evitado e que defende sua legalização como redução de danos. Em seu lugar, colocam-se como “pró-aborto” e defendem a completa “despenalização social” da interrupção voluntária da gravidez, ao apresentá-la como decisão legítima e evento comum e recorrente na vida reprodutiva de pessoas que engravidam.

Talvez por conduzirmos esta pesquisa a partir de um contexto brasileiro de intensa criminalização das pessoas que abortam e realizam abortos, a proposta de despenalização social foi uma das primeiras a nos intrigar. Ainda em 2017, no EFLAC de Montevidéu, compartilhei com algumas acompanhantes peruanas minhas dúvidas iniciais sobre como elas lidavam com o fato de atuar publicamente na promoção de uma prática criminalizada e como (ou se) elas se protegiam frente às ameaças de perseguição. No país, o contato com a coletiva Serena Morena é iniciado por telefone, por meio de uma linha direta divulgada localmente. Como mencionamos, no Peru o aborto é criminalizado em todos os casos, exceto quando há risco à vida da gestante. Mas, à época, o tema da segurança não parecia preocupar as ativistas presentes, como me revelou o seguinte diálogo que tive com uma das fundadoras do grupo.



Perguntei a uma de nossas interlocutoras da Serena Morena sobre estratégias adotadas pelo grupo diante de possíveis ameaças penais, e se não teriam “medo de que alguém fingisse buscar apoio para infiltrar-se e denunciá-las”. Em sua resposta, ela afirmou que o tema tinha sido discutido internamente e que, com o apoio de coletivas de cibersegurança feminista, elas tinham elaborado alguns protocolos de segurança. Entretanto, segundo ela, essa não era uma preocupação central da coletiva, fosse pelo perfil majoritário de suas integrantes (jovens adultas, universitárias e trabalhadoras de classe média), ou pela confiança que depositavam nas redes de apoio construídas entre ativistas transnacionalmente. “Se prenderem dezenas de mulheres, universitárias, de classe média, por apoiarem outras mulheres a abortar, vai ser um escândalo”, me disse a ativista, naquele dia (diário de campo, outubro de 2017).

A partir do contexto brasileiro, de extremas desigualdades socioeconômicas e raciais, é necessário analisar o acompanhamento considerando os variados graus de risco e as distintas consequências que a atuação clandestina e ilegal pode ter para diferentes perfis de ativistas. Sob a ótica interseccional da justiça reprodutiva, precisamos nos perguntar que mulheres podem arriscar sua integridade pessoal em nome de uma causa e o que está em jogo para cada uma delas. Nesse sentido, ser acompanhante de abortos é, também, reconhecer-se num lugar de relativo privilégio social. E, ao adotar a despenalização social como estratégia, as acompanhantes sinalizam uma aposta na coletividade como potencializadora desse privilégio e como neutralizadora dos riscos de se enfrentar as leis e normas sociais.

Por outro lado, posicionar o acompanhamento ao aborto no campo da ação política coletiva permite que redes de solidariedade feministas estourem suas bolhas sociais e ampliem a apoio em direção à universalidade daquelas pessoas que decidem abortar a despeito do status quo – uma das principais preocupações expostas por integrantes da Red Compañera. “As redes de acompanhamento nasceram dessa aposta de acompanhar a todas”, afirma Veronica Vera, da coletiva equatoriana Las Comadres, “desde o início, algo que sempre dissemos era que não nos interessava acompanhar



somente nossas amigas, somente as conhecidas, somente as mulheres mais próximas" (RSMLAC, 2020: 1h07m, tradução própria). Esse esforço parte de um reconhecimento, também interseccional, dos múltiplos desafios enfrentados na busca por um aborto, a depender dos marcadores sociais da diferença de cada pessoa gestante.

Estudos como o de Maria Luiza Heilborn e colegas (2012) sugerem que a necessidade e a busca por apoio externo são maiores entre camadas sociais mais vulneráveis, nas quais o aborto enfrenta maior rejeição pública⁸. Para além das dificuldades materiais de se arcar financeiramente com os procedimentos e de se acessar informações confiáveis, nesses contextos é ainda mais marcante a ausência de parceiros ou familiares ao longo do itinerário abortivo. E, aqui, a figura da chamada "curiosa" adquire novos significados. "A escolha por 'curiosas' indicaria um anseio da presença de um outro na cena do abortamento: a 'curiosa' não só funciona como a 'especialista' que conduz a ação, como representa um amparo em uma situação de solidão" (Heilborn, 2012, p. 1705).

Na avaliação da ativista Veronica Vera, o acompanhamento realizado pelas Comadres tem contribuído para evitar a criminalização de mulheres que abortam ilegalmente em seu país. Em 2014, ano de formação do grupo, ao menos 51 pessoas haviam sido denunciadas por aborto ilegal no Equador, em sua maioria por profissionais de saúde responsáveis pelo atendimento de complicações obstétricas (Surkuna, 2014, p. 05). Em 2020, Las Comadres contabilizaram o acompanhamento de 2.111 mulheres, das quais nenhuma sofreu qualquer processo jurídico: "nenhuma mulher acompanhada por nós foi criminalizada por aborto, é importante dizer isso", reforça a equatoriana (Bazán, 2021).

⁸ Pesquisa DataFolha (2018) indica que menor renda familiar e baixa escolaridade contribuem para a rejeição ao aborto entre brasileiros. O apoio à criminalização do aborto é maior quem estudou apenas até o ensino fundamental (71%), tem renda familiar de até dois salários mínimos (67%) e entre 45 e 59 anos (61%). E é consideravelmente menor entre quem estudou até o ensino superior (34%) e ganha mais de dez salários mínimos (26%).



Ou seja, ao reafirmar o protagonismo das mulheres na luta por autonomia reprodutiva, o acompanhamento à pessoa que aborta pode ser interpretado como uma aposta, de determinada ala dos movimentos feministas pró-aborto, no empoderamento coletivo como caminho para a libertação. Nos discursos das acompanhantes, a palavra *medo* aparece em diversos momentos — mas seu contraponto é a sensação de coletividade, de estarem “acompanhadas” por suas companheiras nessa forma de ativismo. “Somos muitas, estamos por toda parte e não temos medo. Nós temos umas às outras”, afirma a declaração da Red Compañera (2018). Assim, o movimento de acompanhantes coloca-se como contraponto à perpetuação de uma vitimização universal de gênero, ao promover a potência feminista como forma de resistência, no sentido proposto por bell hooks (1984):

A ideologia feminista não deveria incentivar (assim como fez o machismo) mulheres a acreditarem que são desprovidas de poder. Ela deveria explicitar às mulheres os poderes por elas exercidos diariamente, além de mostrar-lhes formas de usar tal poder para resistir à dominação e à exploração machista. O machismo nunca fez das mulheres impotentes. Ele ou supriu ou explorou a força delas. (hooks, 2016, p. 95, tradução própria)

No horizonte do movimento de acompanhantes, está a conquista das autonomias, no plural, sobre os corpos e as vidas — entendidas como um emaranhado cujas margens e vivências estão em constante negociação. “Contribuímos para abortar os preconceitos sobre o aborto, desfazer culpas e forjar outras subjetividades com e entre o poderio das mulheres”, diz a *Declaración de la Tercera Reunión Plenaria Nacional de Socorristas en Red* (2014). Frente às normas sociais e legais que regem as vidas reprodutivas, as acompanhantes de aborto aproveitam-se do que Teresa de Lauretis (1987) descreve como “pontos cegos”, situados às margens hegemônicas, para transformar narrativas e romper o silêncio das aborteiras e abortistas.



4. Considerações finais

Ao contrário do liberalismo individualizante da tradicional abordagem pró-escolha (*pro-choice*), no acompanhamento, a autonomia decisória é apresentada como algo indissociável do reconhecimento e enfrentamento das desigualdades sociais atravessadas por marcadores racistas, elitistas, capacitistas e coloniais, que influenciam qualquer tomada de decisão. As acompanhantes combinam a defesa da saúde e dos direitos reprodutivos à luta por justiça social, união que sintetiza o conceito de justiça reprodutiva, a partir da prerrogativa básica da autodeterminação, tal qual proposto por uma coalizão de negras, latinas, indígenas e asiáticas nos Estados Unidos (Ross et al., 2017). De formas diversas e, no entanto, comuns, essas redes de solidariedade organizam-se coletivamente para a troca de informações sobre os modos de se fazer e de se acessar abortos, e para a criação e o compartilhamento de estratégias de segurança e proteção.

Para as acompanhantes, trata-se sobretudo de construir saberes coletivamente, (re)inventar repertórios, e ressignificar as narrativas em torno do direito ao aborto, como algo inegociável. Como ressaltam Gloria Careaga, Mário Pecheny e Sonia Correa (2019, p. 105), o que as une é o compartilhamento de “um forte compromisso com a autonomia das mulheres, não apenas em relação à decisão pessoal de abortar, mas também sobre como interagir com o Estado”. As redes de acompanhantes são autônomas e desvinculadas de qualquer instituição de saúde — sua prática questiona o caráter opressor do regime biomédico, como parte de uma estrutura racista e heteropatriarcal (Drovetta, 2015, p. 53).

Diante das demandas por abortos seguros aqui e agora, a luta pela desriminalização ou legalização da interrupção voluntária da gravidez perde a centralidade — mas não seu lugar. As acompanhantes demandam a garantia de (e buscam oferecer) condições práticas para realizá-la de forma humanizada e segura, autônoma e amparada, num ambiente livre de preconceitos. Nas palavras de Marcelle



Souza, ao observar uma manifestação pró-aborto das Socorristas em Red, “não era só uma demanda por aborto legal, mas uma afirmação de que ele já existe e que todos os dias elas vivenciavam o exercício de autonomia de outras mulheres” (2021, p. 73).

No dispositivo do acompanhamento, a defesa da legalização do aborto e da descriminalização das mulheres adquire um significado que ultrapassa a lógica da redução de danos ou a busca por conquistas legais (tradicionalmente representado em insígnias como “aborto legal e raro” ou “aborto legal para não morrer”) e promove o direito de decisão das mulheres como caminho para a autodeterminação reprodutiva. Para Veronica Vera, da coletiva equatoriana Las Comadres, o acompanhamento feminista é mais que uma aposta momentânea, condicionada à clandestinidade do aborto: “seguiremos existindo (...), inclusive quando o aborto estiver na lei e for descriminalizado, porque isso nos permite partir de outros lugares e deste cuidado que só podemos dar entre acompanhantes e a partir dos feminismos” (RMSLAC, 2020: 01h12).

Para usar a expressão da pesquisadora Nayla Luz Vacarezza (2019a, p. 381), as acompanhantes “comovem as estruturas de sentimento mais arraigadas”, ao contrapor a experiência dos abortos acompanhados àqueles procedimentos caracterizados por medo, culpa, asco, dor e solidão. Segundo Vacarezza (2019b, p. 48), no contexto das mobilizações da Maré Verde⁹, as acompanhantes “ajudaram a amplificar outras formas de sentir com relação ao aborto, que, até pouco tempo, careciam de expressão pública”. Sentimentos como alívio, orgulho e gratidão passaram a ecoar nos relatos sobre experiências abortivas e a ganhar espaço nos debates públicos, como ocorreu na exposição da pesquisadora à Câmara dos Deputados da Argentina, em maio de 2018:

⁹ Maré verde é o nome atribuído às mobilizações pela legalização e descriminalização do aborto na América Latina e Caribe. Os lenços verdes foram adotados como símbolo pela *Campaña Nacional por el Aborto Legal, Seguro y Gratuito en la Argentina*, lançada em 2005. E, sobretudo a partir de 2018, ganharam repercussão regional (Felitti & Ramírez Morale, 2020).



Também começamos a dar voz àquelas pessoas que abortaram e não se arrependem nem pedem desculpas. Até recentemente, era muito difícil dizer em voz alta o quanto se deseja um aborto quando uma gravidez é inoportuna. Médicos e médicas começam a falar do alívio e da gratidão que suas pacientes sentem quando podem ter acesso a abortos legais. O segredo, a solidão e o medo estão lentamente se dissipando graças às histórias cotidianas de solidariedade, apoio e acompanhamento em situações de aborto. Agora sabemos que podemos contar umas com as outras para cuidar e compartilhar decisões difíceis. (Vacarezza, 2019b, p. 49)

Esse deslocamento — do medo ao alívio, da insegurança ao cuidado feminista, da solidão à política do comum — tem permitido, em muitos contextos, romper com a clandestinidade em busca da despenalização social do aborto. Ele tensiona, inclusive, tradicionais *slogans* do movimento feminista latino-americano e caribenho, como os que reivindicam, de 1990 até os dias de hoje, o direito a “educação sexual para decidir, anticoncepcionais para não abortar e aborto legal para não morrer”. Em seu lugar, uma nova gramática aborteira propõe: “educação sexual para descobrir, anticoncepcionais para aproveitar e aborto livre para decidir”.

Como discutimos em outra oportunidade (Bleil Gallo, 2020b), “o lema mais recente (*descobrir — aproveitar — decidir*) se contrapõe ao paradigma anterior de redução de danos (*decidir — não abortar — não morrer*), ao apresentar o aborto como um evento reprodutivo tão natural quanto a maternidade em meio às pessoas com útero”. Trata-se de uma radicalidade que legitima o aborto como uma decisão responsável, válida e comum à vida reprodutiva — e não mais como um desfecho a ser evitado, o último recurso possível diante do fracasso dos demais métodos de planejamento familiar, ou simplesmente o mal menor diante da morte por procedimentos inseguros. Para além do aborto legal, defende-se o aborto livre de condicionantes, em casa ou nos serviços de saúde.

A nova gramática de sentimentos mobilizada pelas experiências concretas do acompanhamento, em seus desejos e sonhos na luta pelo direito ao aborto, fica evidente no rap “Aborto Libre”, dos grupos colombianos Líricas del Caos — Rap Feminista e Las



Parceras Línea y Red Feminista de Acompañamiento en Aborto [Imagen 6]. A música se tornou uma espécie de hino do movimento de acompanhantes:

Amando nuestras cuerpos / Aborto libre / Por la vida digna / Aborto libre / Acompañadas y en la casa / Aborto libre / Pañuelo verde arriba / Aborto libre / Amor entre mujeres / Aborto libre / Conjurando los poderes / Aborto libre / Celebrando en Abya Yala / Aborto libre / Y en la Diáspora africana / Aborto libre / [...] / Está es mi cuerpo / Mi territorio, mi revolución / Expulsando, sacando / Y liberándome de tu opresión / Cuando abortamos / Es con alegría / La manifestación / De nuestra autonomía / No fue con sufrimiento / No fue con dolor / Mi vida otra vez / Con todo su color.



Imagen 6: Divulgação do videoclipe “Aborto Libre”.
(Fotografia: [lasparcerascolombia](#), Instagram, 2021)

Inspiradas pelos feminismos decoloniais, buscamos na vivência do *lócus* fraturado da diferença colonial, e na criatividade do encontro opressão-resistência, por possibilidades de subversão dos sistemas de poderes que nos atravessam. Como escreve Lugones (2014, p. 949), “não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o



reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer". Por isso, quando o dispositivo do acompanhamento feminista ao aborto converte o ato de acompanhar um aborto na clandestinidade numa prática e num projeto político comuns, podemos dizer que algo se movimenta no *lócus* fraturado da opressão-resistência. No entroncamento do assujeitamento biopolítico neoliberal com o ser-sendo decolonial, forjamos processos de insurreição e resistência na produção de si e das outras que (re)inventam modos de existência nossos.

Agradecimentos:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (Processo nº. 88887.240091/2025-00).

Referências bibliográficas

ACOMPAÑAMIENTO. Direção: Gustavo Montaña. Apoio: Ipas México e Centro Las Libres de Información en Salud Sexual Región Centro AC. México: Dusk Media, 2014 (Vídeo, 27 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fVq6e7RCZiY>. Acesso em 1 de out.2025.

ALVAREZ, Sonia et al. 2003. "Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2), p. 541-575, jul.-dez. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200013>. Acesso em 1 out.2025.

ALVAREZ, Sonia. 2014. "Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista". *Cadernos Pagu*, Campinas, 43, p.13-56, dez. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Acesso em 1 out.2025.

BAZÁN, Cristina. 2021, 3 fev. Las Comadres, acompañar un aborto en tiempos de penalización. Guayaquil: efeminista, Agencia EFE. Disponível em: <https://efeminista.com/acompanamiento-aborto-penalizacion/>. Acesso em 1 out.2025.

BELLUCCI, Mabel. 2014. *Historia de una desobediencia: aborto y feminismo*. 1^a ed. Buenos Aires, Capital Intelectual.



BLEIL GALLO, Mel. 2021a. *Acompanhamento feminista ao aborto na América Latina e Caribe: justiça reprodutiva e resistência decolonial à biopolítica*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais, UFABC. Disponível em: http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=123319. Acesso em 1 out.2025.

BLEIL GALLO, Mel. 2021b. Narrativas aborteiras: ressignificando o “direito ao aborto”. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021b. Disponível em: <https://www.fq2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fq2020/1613716191_ARQUIVO_f74a42f206772a7fd354e61328ef8457.pdf>. Acesso em 01 de out. de 2025.

CAMURÇA, Silvia. 2012. “Nosso corpo, nosso primeiro território!” *Jornal Fêmea*, Brasília, 172, jan.-jun.. Disponível em https://universidadefeminista.org.br/jornal-femea/_trashed-102/. Acesso em 1 out.2025.

CAREAGA, Gloria; PECHENY, Mário; CORREA, Sonia. 2019, abr. Sexuality in Latin America: Politics at a Crossroad. In: CORRÊA Sonia; PARKER Richard (ed.). *SexPolitics: Trends & Tensions in the 21st Century – Contextual Undercurrents*, 2. Rio de Janeiro, Sexuality Policy Watch, p. 93-117.

CARNEIRO, Sueli. 2005. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp).

CLIM — Colectiva por la Libre Información para las Mujeres. 2014, abr. “Hablemos de aborto y misoprostol”. Información segura y experiencias sobre su uso. Lima, Peru.

COMADRES, Las. [s.d.] *Las Comadres – red de acompañamiento en aborto*. Website. Ecuador: Início. Disponível em: <https://lascomadrescuador.wordpress.com>. Acesso em 1 out.2025.

COORDINADORA JUVENIL por la Equidad de Género. 2010. *Yo también decidí abortar*. Sara Larrea Izaguirre (ed.). Quito, Ecuador, Indymedia Ecuador.

CUERPA AUTÓNOMA — Por la vida de las mujeres. 2013, 19 dez.. Facebook (Página). Disponível em: <https://www.facebook.com/Porlavidadelasmujeres.Bolivia>. Acesso em 1 out.2025.

CUERPA AUTÓNOMA — Por la vida de las mujeres. 2015, out. *Manual para el aborto seguro y libre en Bolivia*. 2ª ed, La Paz. Disponível em: <https://archive.org/details/manual-por-nuestras-vidas.-ed.-2015>. Acesso em 1 out. 2025.



DATAFOLHA. 2018. *Cai taxa de brasileiros contra o aborto*. Datafolha, 8.jan. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1948800-cai-taxa-de-brasileiros-contra-o-aborto.shtml>. Acesso em 1 out.2025.

DE ZORDO, Silvia. 2016. "The biomedicalisation of illegal abortion: the double life of misoprostol in Brazil". *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, 23(1), p.19-35, jan.-mar. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000100003>. Acesso em 1 out.2025.

DINIZ, Debora; CASTRO, Rosana. 2011. "O comércio de medicamentos de gênero na mídia impressa brasileira: misoprostol e mulheres". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 27(1), p.94-102, jan. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v27n1/10.pdf>. Acesso em 1 out.2025.

DROVETTA, Raquel Irene. 2015. "Safe abortion information hotlines: An effective strategy for increasing women's access to safe abortions in Latin America". *Reproductive Health Matters*, 23:45, p.47-57. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rhm.2015.06.004>. Acesso em 01 de out. de 2025.

DUARTE, Nanda Isele Gallas. 2019. *O dispositivo da maternidade em tensão: a polifonia das narrativas sobre aborto provocado em uma comunidade online*. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; CORREAL Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (ed.). 2014. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.

FELITTI, Karina; RAMÍREZ MORALES, Rosario. 2020. "Pañuelos verdes por el aborto legal: historia, significados y circulaciones en Argentina y México". *Encartes*, 3(5), p. 111-145, mar./ago. Disponível em: <https://doi.org/10.29340/en.v3n5.132>. Acesso em 1 out.2025.

FONDO MARÍA — Fondo de Aborto para la Justicia Social MARÍA (Mujeres, Aborto, Reproducción, Información y Acompañamiento). 2021. *¿Qué es Fondo MARÍA?* (Website). CDMX. Disponível em: <https://www.fondomaria.org/paginas/que-es-fondo-maria>. Acesso em 1 out.2025.

FOUCAULT, Michel. 2006. "É inútil revoltar-se?". In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.



FOUCAULT, Michel. 1976/2017. *História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber 1*. 4^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz & Terra.

GONZALEZ, Lélia. 1988/2018. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. *Revista Isis Internacional*, Santiago, 9. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea organizado pela União de Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana.

HEILBORN Maria Luiza et al. 2012. “Itinerários abortivos em contextos de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro – Brasil”. *Ciência & Saúde Coletiva* 17(7), p. 1699-1708. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000700008>. Acesso em: 1 de out.2025.

hooks, bell. 1984/2015. *Feminist theory: from margin to center*. 3^a ed. New York, Routledge.

IPAS — International Pregnancy Advisory Services. 2014, 20 ago. *Film highlights Mexican organization Las Libres's unique model for supporting women during medical abortion*. News (website), Wednesday. Disponível em: <https://www.ipas.org/news/film-highlights-mexican-organization-las-libress-unique-model-for-supporting-women-during-medical-abortion/>. Acesso em 1 out.2025.

JELINKA, Kinga; YANOW, Susan. 2018. Putting abortion pills into women's hands: realizing the full potential of medical abortion. *Contraception*, 97(2), p.86-89 fev. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.contraception.2017.05.019>. Acesso em 1 out.2025.

JIMÉNEZ, Bernardita García. 2014, 12 ago. Aló aborto: la línea telefónica que enseña a usar el Misoprostol. Noticias, País, *El Mostrador*. Chile. Disponível em: <https://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2014/08/12/alo-aborto-la-linea-telefonica-que-enseña-a-usar-el-misoprostol/>. Acesso em 1 out.2025.

LAURETIS, Teresa. 1987/1994. A tecnologia do gênero [*The technology of gender*]. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.

LAUTERBACH, Gabriela. 2018. “Abortar é um ato político. Acompanhar também”: Redes feministas de acompanhamento às mulheres que abortam. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190454>. Acesso em 1 out.2025.



LESBIANAS Y FEMINISTAS por la descriminalización del aborto (comp). 2010. Buenos Aires, El Colectivo, 2010. *Todo lo que querés saber sobre cómo hacerse un aborto con pastillas*. 1^a ed. Disponível em: <https://www.clacaidigital.info/bitstream/handle/123456789/40/abortoconpastillas.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em 1 out.2025.

LIBRES, Centro Las. 2012. *Las Libres Boletín: Todos los derechos para todas las mujeres todo el tiempo*. Boletín 5, 2011-2012.

LÍNEA ABORTO LIBRE — colectiva de lesbianas y feministas. 2018. *Guía de cómo las mujeres pueden hacerse un aborto con pastillas de forma segura*. Chile. Disponível em: http://infoabortionchile.org/wp-content/uploads/2018/08/Guía-para-abortar-con-pastillas_final-1.pdf. Acesso em 1 out.2025.

LUGONES, María. 2014. Rumo a um feminismo descolonial [*Toward a decolonial feminism, 2010*]. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3), p. 320, p.935-952, set.-dez. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em 1 out.2025.

GROSSO, Belén; TRPIN, María; ZURBRIGGEN, Ruth. 2014. La gesta del aborto propio. In: BELLUCCI, Mabel. *Historia de una desobediencia: aborto y feminismo*. 1^a ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, p. 397-450.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. 2009. “Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão”. *Curriculo sem fronteiras*, 9(2), p.226-241, jul/dez. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/marcello.pdf>. Acesso em 1 de out.2025.

MARCUS, George E. 1998. *Ethnography through Thick and Thin*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

MATOS, Marlise. 2014. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. MR20 Teoria Feminista e a Teoria Política: encontros, convergências e desafios, 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: outubro.

OMS — Organização Mundial da Saúde. 2013. *Abortamento seguro: Orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde*. 2^a ed. Montevidéu. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70914/9789248548437_por.pdf. Acesso em 1 out.2025.



ORTIZ, Olivia. 2017. *Acompañar para empoderar: Guía de apoyo para la formación de acompañantes a mujeres en situación de aborto*. Ciudad de México: Fondo de Aborto para la Justicia Social MARIA. Disponible em: <http://clacaidigital.info/handle/123456789/613>. Acesso em 1 de out.2025.

RED COMPAÑERA — Red Feminista Latinoamericana y Caribeña de Acompañantes de Aborto. 2018. *28 de Septiembre: Primera Declaración de la Red Feminista Latinoamericana y Caribeña de Acompañantes de Abortos*. Santiago de Chile.

ROSS, Loretta et al. (eds.). 2017. *Radical reproductive justice: foundation, theory, practice, critique*. New York City, The Feminist Press at CUNY.

RSMLAC — Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe. 2020, 1 out. Redes de Acompañamiento en América Latina y el Caribe. Conferencia Magistral, Festival por el Aborto Libre en América Latina y el Caribe (vídeo, 2h33min). Youtube. Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=UZxGu7Ta0E4>. Acesso em 1 ago.2024.

SALUD MUJERES. [s.d] Salud Mujeres Ecuador 2.0. Website. Ecuador: Facebook, [s.d.]. <https://www.facebook.com/SaludMujeresEcuador2.0>. Acesso em 1 out.2025.

SANTARELLI, María Natalia; ANZORENA, Claudia Cecilia. 2017. Los socorridos y las disputas de sentidos sobre el aborto voluntario: Consideraciones teóricas desde una perspectiva del feminismo crítico. *Descentrada*, La Plata, 1(1), 8^a ed. Disponible em http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.7721/pr.7721.pdf. Acesso em 1 out.2025.

SILLIMAN, Jael; FRIED, Marlene Gerber; ROSS, Loretta; GUTIÉRREZ, Elena R. (eds.) 2004. *Undivided rights: Womof color organize for reproductive justice*. 2^a ed. Chicago, Haymarket Books.

SOUZA, Marcelle Cristine. 2021. "No estás sola": aborto seguro e acompanhado como estratégia feminista para a descriminalização social na América Latina. Tese de Doutorado em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.84.2021.tde-19042022-171145>. Acesso em 1 out.2025.

SURKUNA, Centro de Apoyo y Protección de los Derechos Humanos. 2014. Códigos patriarcales construyendo desigualdades: Realidades sobre criminalización y judicialización de las mujeres en Ecuador. Quito, Ecuador. Disponible em: <https://surkuna.org/wp-content/uploads/2021/03/Co%CC%81digos-Patriarcales.pdf>. Acesso em 1 out.2025.



TEIXEIRA, Alessandra; BLEIL GALLO, Mel. 2021. Nosso útero, nosso território: justiça reprodutiva e lutas decoloniais por aborto e maternidade. **(SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 52-66. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/synthesis.2021.64353>. Acesso em 01 de out.2025.

VACAREZZA, Nayla Luz. 2019a. "Afectos, duelo y justicia en las producciones visuales sobre mujeres presas y muertas por abortar en América Latina". In: VEIGA, Ana Maria et al (orgs.). *Mundo de Mulheres no Brasil*. Curitiba, Editora CRV, p.381-391, 2019a.

VACAREZZA, Nayla Luz. 2019b. Afectos y emociones en las luchas por la legalización del aborto. In: PECHENY, Mario & HERRERA, Marisa (comps.). *Legalización del aborto en Argentina: Científicas y científicos aportan al debate*, Buenos Aires, Ediciones UNGS, p. 45-55.

WALSH, Aisling. 2020. feminist networks facilitating access to misoprostol in Mesoamerica. *feminist review*, 124, p.175–182. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0141778919888070>. Acesso em 1 out.2025.